

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Maura Beatriz Costa Santiago Barbosa

**ARTICULAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO
FUNDAMENTAL**

Belo Horizonte

2010

Maura Beatriz Costa Santiago Barbosa

ARTICULAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Infantil, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Iza Rodrigues Luz

Belo Horizonte

2010

Maura Beatriz Costa Santiago Barbosa

ARTICULAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Educação Infantil, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Aprovado em 27, de novembro, de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Iza Rodrigues Luz - Faculdade de Educação da UFMG

Profa. Dra. Isabel de Oliveira e Silva – Faculdade de Educação da UFMG

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus, pela minha vida e pela vida de todas pessoas que se tornaram importantes para mim, nesta caminhada.

Se pudesse dividir em pedacinhos esse trabalho, dividiria com as pessoas mais importantes, que tanto contribuíram com meu estudo.

Meu companheiro e amigo, além de marido, Venâncio, minha mãe, meus filhos Gabriela e Felipe, por tantas ausências e mesmo assim compreendidas.

As pessoas que contribuíram para reflexão e realização deste trabalho, especialmente:

Gracinha, que realmente é uma gracinha, com seu bom humor e pela força que não me fez desistir. E também toda equipe do LASEB/ UFMG, especialmente ao Marcos e Ana.

A minha orientadora Iza, que tanto perturbei por não ter intimidade com a escrita acadêmica e por ampliar meu campo de visão.

Aos meus professores, sempre atenciosos comigo.

Meus colegas de turma, pela diversão, convivência e aprendizado.

Um pedacinho do trabalho, para mim também, afinal, mesmo com todas as dificuldades, trabalhando em duas escolas, fazendo outro curso superior, sem empregada, não desisti.

Agradeço a todos aqueles que me abriram portas, acolheram, mandaram boas vibrações para que esse momento fosse possível.

Obrigada!

RESUMO

Este estudo investigou, como professores da Educação Básica articulam a passagem das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, onde houve pesquisa de campo, observação do trabalho pedagógico e aplicação de um questionário aos participantes. Também foi feita uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de saber o que pensam os estudiosos do assunto, sobre essa passagem. Avalia o processo de transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental em quatro escolas do Município de Belo Horizonte, sendo duas escolas do Ensino Fundamental uma Estadual e uma Municipal. Também participam desse processo duas Unidades Municipais de Educação Infantil - UMEIs. As quatro escolas situam-se na Região Norte, do município. O trabalho comprovou que essa transição ocorre, segundo os professores participantes, sem adequação do espaço físico, falta formação para os professores que receberão as crianças das UMEIs, além de não haver diálogo para montarem uma proposta pedagógica que dê continuidade ao processo iniciado nas UMEIs. Diante do que foi constatado no estudo, acentua-se a importância de uma melhor articulação entre estes dois níveis da Educação Básica. Entende-se que faz-se necessário, esforço conjunto da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para que essa passagem seja feita de maneira gradual, sem mudanças bruscas para as crianças. Para tanto, sugere-se ampliação da formação continuada de todo corpo docente e o início do diálogo entre os profissionais das instituições participantes da pesquisa para garantir o sucesso dessa transição.

Palavras-chave: Educação Infantil; Professor; Ensino Fundamental; Criança.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Metodologia.....	8
1.2 Objetivo geral.....	9
1.3 Objetivos específicos.....	9
2. DESENVOLVIMENTO	11
2.1 Contextualizando a UMEI B e um pouco da história da Educação Infantil ...	11
2.2 Base do trabalho pedagógico na UMEI – Proposições Curriculares	12
2.3 Concepção de Infância	14
2.4 Um pouco a história da Educação Infantil e do trabalho pedagógico da UMEI	15
2.5 Mas como é a adaptação e transição nas escolas pesquisadas?	17
2.6 Análise das estratégias usadas na UMEI e no Ensino Fundamental	21
2.7 Estratégias para transição na Educação Infantil e no Ensino Fundamental	23
3. CONCLUSÃO	25
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
5. APÊNDICES	34
Apêndice 1 – Termo de Esclarecimento/ Termo de Consentimento	34
Apêndice 2 – Questionário	35
Apêndice 3 – Fotos das crianças da UMEI B	37

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia apresenta como tema: A Articulação entre a Educação Infantil e O Ensino Fundamental. Meu interesse em pesquisar esse tema, surgiu da minha experiência em trabalhar em duas Unidades Municipais de Educação Infantil - UMEI em Belo Horizonte, quando, inúmeras vezes, pude observar crianças, professores e pais se sentirem angustiados durante a dificuldade de adaptação das crianças em um novo espaço escolar. Fui vice-diretora de uma escola de Ensino Fundamental que recebia as crianças de uma das escolas em que trabalho. Alguns comentários chamavam a minha atenção, pois havia julgamentos nas falas:

“__ Como pode esta criança chegar da escola de Educação Infantil e não conhecer as letras do alfabeto?”

“__ Estas crianças que chegam da UMEI estão acostumadas a ficarem soltas na escola, apenas brincam.”

Os julgamentos que eram feitos na escola de Ensino Fundamental eram sempre negativos. E vice-versa, professores da Educação Infantil queixavam-se dos do Ensino Fundamental que queriam que as crianças fossem mais bem preparadas.

Então, como profissional da Educação Infantil tenho me defrontado com diversas indagações que apontam para a necessidade conhecer e encontrar meios que possam tornar a entrada das crianças na escola de Ensino Fundamental, em um momento de prazer e de minimizar os conflitos existentes entre os professores dos dois níveis de ensino. Com frequência, percebia a postura dos profissionais do Ensino Fundamental sugerindo que o mau desempenho das crianças, no primeiro ano de escolaridade, era reflexo do não preparo para alfabetização na Educação Infantil. Neste estudo, interessa que os professores do Ensino Fundamental tenham entendimento do que seja o trabalho pedagógico na Educação Infantil. Perguntas sobre como irá ser o acolhimento das crianças na nova escola. Indagações sobre a coerência das práticas pedagógicas entre a instituição de origem e a futura escola. Deve ficar claro, que a despeito de meninos e meninas ingressarem aos 6 anos, a escola tem a obrigação de assegurar o tempo da infância, no 1º ano de escolaridade e demais séries iniciais.

Diante desse conflito, dos mais variados questionamentos de professores de ambas as etapas e com a minha concepção de infância, é que surgiu o tema central desta pesquisa. Faz-se necessário, proporcionar nesta passagem, um momento tranquilo, prazeroso e sem traumas, que atenda às expectativas de todos os envolvidos.

Uma adaptação, com base nas concepções que sustentam a importância deste período ser de articulação entre as práticas pedagógicas. Discutindo a participação dos professores deste processo. Com a finalidade de buscar nos fundamentos teóricos, as referências para construir, juntamente com o grupo de professores uma forma mais apropriada e coerente de organizar essa passagem.

1.1 Metodologia

O presente estudo, foi organizado com base na abordagem qualitativa BOGDAN e BIKLEN (1994). Conjugando uma pesquisa bibliográfica do tema com uma pesquisa empírica em quatro escolas pesquisadas do Município de Belo Horizonte, duas do Ensino Fundamental Fundamental, uma Municipal e uma Estadual e duas escolas da Educação Infantil, as duas municipais.

A delimitação do campo de pesquisa se restringiu a realidade das escolas pesquisadas. Essas escolas, do Ensino Fundamental, foram escolhidas por receberem a maior parte das crianças das duas UMEIs que trabalho.

Os participantes da pesquisas foram professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental Municipal e Estadual, supervisora da escola Estadual e crianças da UMEI. Houve melhor aceitação dos professores da Educação Infantil e da escola Estadual em colaborar com a pesquisa. Por esse motivo, priorizei a escola Estadual A e a Umei B.

Participaram da pesquisa, 10 professores da Educação Infantil (atuavam no 2º ciclo), 10 do Ensino Fundamental (que atuavam no 1º ano), 2 supervisoras e 4 crianças. Totalizando 26 participantes. São escolas da periferia de Belo Horizonte, sendo as quatro localizadas na Região Norte.

Como instrumento de pesquisa, utilizei um questionário (Apêndice I). Fiz contato com as escolas, conversei com os diretores das escolas, com professores para saber quais teriam disponibilidade para responder ao questionário, supervisores e também com crianças do Fundamental e Infantil.

Entreguei os questionários aos profissionais que demonstraram vontade em participar e recolhi após dois dias. Então, fiz análise das informações recebidas que aqui foram transcritas e logo depois pedi autorização aos pais de quatro crianças para levá-las até a escola que estudariam no ano seguinte. Os pais concordaram, após explicar-lhes que eu tinha participado de um seminário, na Pontifícia Universidade Católica - PUC, sobre uma experiência positiva semelhante ao que eu iria fazer, ocorrida com crianças da Educação Infantil em Reggio Emília, na Itália e que seria uma experiência para melhor compreensão acerca dessa prática.

Foi um momento propício para se pensar a prática da transição, voltada para a infância. As crianças amaram conhecer a outra escola, foi uma visita cheia de curiosidades e descobertas.

Fotografei as quatro crianças que participaram da visita e também algumas vivências das crianças na Educação Infantil da UMEI B (Apêndice III). Todas as imagens foram autorizadas pelos responsáveis.

Os capítulos deste estudo foram construídos, tendo como referência os objetivos abaixo.

1.2 Objetivo geral

Avaliar o processo de transição entre duas Unidades de Educação Infantil e duas escolas do Ensino Fundamental do Município de Belo Horizonte.

1.3.1 Objetivos específicos:

- Conhecer quais são as estratégias desenvolvidas na UMEI em relação a transição das crianças para o Ensino Fundamental.

- Conhecer a realidade e práticas pedagógicas nas escolas de Ensino Fundamental na adaptação das crianças no 1º ano.
- Analisar e comparar as estratégias usadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental em relação a transição das crianças entre esses dois níveis.

O capítulo de Desenvolvimento foi organizado apresentando reflexões teóricas sobre a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental; a apresentação e análise de como os professores percebem o ato educativo em ambos os níveis de ensino e suas concepções de infância, o trabalho pedagógico realizado nas UMEIs, a adaptação das crianças no Ensino Fundamental; e o relato de experiências e estratégias usadas para articulação entre essas duas etapas da Educação Básica, nas escolas pesquisadas.

No capítulo de Conclusão, após analisar as informações do estudo foram apresentados sugestões a luz dos estudiosos da área. Na sequência, aparecem as Referências Bibliográficas e os Apêndices.

2 – DESENVOLVIMENTO

2.1 Contextualizando a UMEI e um pouco da história da educação infantil

A UMEI – B, foi escolhida devido ao relacionamento com a comunidade e a disponibilidade das professoras e conversa com diretor. A UMEI - B nasceu de um Projeto Político da Prefeitura de Belo Horizonte, denominado Orçamento Participativo (OP).

De acordo com o texto do site oficial da Prefeitura de Belo Horizonte:

“O Orçamento Participativo Regional destina-se à definição dos investimentos em cada uma das nove regiões administrativa da cidade. A cada dois anos, os moradores se encontram em reunião nos bairros em assembléias regionais para escolher para escolherem através do voto direto as obras que deverão ser executadas pela Prefeitura a que estão diretamente relacionadas aos interesses específicos. Ao final do processo, são eleitos os representantes que irão compor a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo – COMFORÇA.(PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2010)

Com base na pesquisa nos sites da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a obra de construção da referida UMEI foi escolhida pelos moradores da região, nos anos de 2003/2004. O investimento apurado foi de R\$ 2.744.925,89 (dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos); valor que foi distribuído entre a compra do terreno e a sua construção. O início de sua construção foi no mês de fevereiro do ano de 2006 e o término ocorreu em setembro de 2007, ano em que teve início suas atividades.

Atende as crianças, em regime parcial e integral, de 0 a 5 anos e oito meses de idade, com uma proposta, segundo as Proposições Curriculares da Educação Infantil (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, s/d), voltada para o desenvolvimento pleno das crianças.

2.2 Base trabalho pedagógico na UMEI

Proposições curriculares

No município da cidade de Belo Horizonte, o atendimento na Educação Infantil se dá pela oferta de vagas na rede pública e privada, sendo em escolas de vínculo com a Prefeitura e em instituições particulares.

No ano de 2001, a Rede Municipal de Educação (RME) criou o Grupo Gerencial da Educação Infantil (GGEI) que ficou responsável para elaborar propostas de ampliação da Educação Infantil no município de Belo Horizonte.

Com o Programa Primeira Escola, implantado em 2003, Belo Horizonte obteve avanços significativos na Educação Infantil com a construção das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) e a criação da carreira de Educador Infantil na Rede Municipal, cujo acesso é através de concurso público.

Pode-se afirmar que:

Após inúmeros exercícios e propostas elaborados, a forma possível encontrada para ampliação foi à criação do cargo de educador infantil e das Unidades Municipais de Educação Infantil – UMEI's, que estariam vinculadas a uma escola municipal já existente. Mesmo com as estratégias criadas para ampliação da Educação Infantil não se garantiu o atendimento de toda a demanda.(MACAÉ EVARISTO, 2009, pág. 16)

Com a implantação deste Projeto, Belo Horizonte dá um grande salto no atendimento às crianças pequenas.

A Educação Infantil é dividida em dois ciclos. O primeiro atende crianças de 0 a 3 anos e o segundo crianças de 4 a 5 anos e oito meses.

Neste contexto, pode-se afirmar que:

Belo Horizonte, que atendia em 2004, na rede pública, crianças de três até seis anos, passa a atender, em 2010, a 19.129 crianças, na rede própria, 21.559 crianças na rede conveniada. Existem 55 UMEIs e 13 Escolas Municipais de Educação Infantil. O perfil do Educador Infantil é de 1.245 com nível superior, 216 com superior incompleto e 447 com nível médio. Há um projeto de ampliação

desse atendimento que continua com a construção de novas UMEIs.(MACAÉ EVARISTO, 2009, pág. 17)

Considerando-se que a instituição educativa é um dos ambientes para o desenvolvimento das crianças, a escola para ser reconhecida como espaço educativo deve possibilitar vivências e experiências, a fim de garantir um desenvolvimento integral das crianças em todos os aspectos.

Neste contexto, pode-se afirmar que:

Nessa perspectiva, a escola é reconhecida como espaço educativo que deve possibilitar vivências e experiências, organizadas conscientemente, de maneira intencional, a fim de garantir o desenvolvimento integral das crianças em todos os aspectos: físicos, cognitivos, social, moral, afetivo e emocional. (MACAÉ EVARISTO, 2009, pág. 22)

A Educação Infantil é um direito das crianças, assegurado pela Carta Magna, a Constituição Brasileira e reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional _ LDB, Lei 9394/1996. Evaristo (2009), acentua a importância das escolas da Educação Infantil trabalharem em parcerias com as famílias, como estabelecido na LDB.

Considerando que o atendimento das crianças é influenciado pela formação dos profissionais, a prefeitura de Belo Horizonte exige que todos os professores ou educadores tenham a formação exigida por lei para atuar na Educação Infantil. Essa formação mínima exigida para que se faça o concurso da prefeitura para ser educador infantil e atuar nas UMEIs é o curso de magistério, mas o que vemos hoje é a busca desses profissionais cada vez maior em dar continuidade aos estudos concluídos e fazem Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Mestrado.

Além disso, conforme uma Lei, em pauta, que trata da formação do professor da Educação Infantil, diz a Lei que se dará por meio de Curso Superior de Pedagogia. Os professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental não poderão mais ter apenas o Magistério para poderem dar aulas: eles precisarão ter diploma universitário e licenciatura. É o que prevê um projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e será avaliado agora pelo Senado. A proposição da deputada

Angela Amin (PP-SC) exige diploma a todos professores do ensino básico, a começar pela Educação Infantil.

2.3 Concepção de infância

Vem sendo muito discutida e construída de formas diversas e em tempos diferentes a concepção de infância. O conceito de criança varia conforme o tempo e o espaço onde ele é construído. Ele varia até mesmo em um mesmo espaço, numa mesma época, numa mesma cidade e muitas vezes em uma mesma escola. A infância urbana é totalmente diferente da infância rural. Durante muitos anos e talvez séculos as crianças não tinham direitos, participavam como figurante da sociedade. Atualmente, de figurante a criança passou a ser um personagem importante da sociedade, com seus direitos, sua identidade e uma autonomia própria. Nessa perspectiva teórica pôs em questão a ideia — muito comum mesmo entre professores — de que as crianças das classes populares, pobres não teriam uma socialização adequada em seu meio, que as preparasse para a escola. Todos acreditavam que as classes populares eram inferiores e que não ofereciam assistência, ajuda para que as crianças desenvolvessem suas habilidades ou mesmo, adquirissem conhecimento. Gouvêa(2003, p.206 e 207) afirma: essa crença tinha como pressuposto a inferioridade das culturas de origem dessas crianças, que não ofereciam oportunidades para desenvolver conhecimentos sociais e linguísticos.” Essa visão continuou influenciando o senso comum e as pesquisas que, nos anos 60 e 70, falavam em "privação cultural" das crianças das camadas populares, o que as levaria ao fracasso na escola. Tais pesquisas buscavam comparar os comportamentos e os valores das crianças dos meios populares, concluindo que essas tinham uma linguagem inferior" e "não adquiriam comportamentos adequados", pois vinham de um meio com "'escassês de estímulos afetivos e sensoriais", o que acarretaria um atraso no seu processo de desenvolvimento. Acreditavam que em uma sociedade pobre as crianças não possuíam estímulos afetivos, sensoriais, pictóricos para desenvolverem. (Gouvêa, 2003)

A noção de criança cidadã dos nossos tempos introduz, ainda a noção de direitos. A criança torna-se o centro da vida familiar, além de ganhar destaque, também, na sociedade de consumo: transforma-se num consumidor em potencial.

A criança é vista como um sujeito interativo, social e historicamente determinado. Isto significa dizer que a criança só pode constituir de acordo com o seu tempo e a sua cultura, já que ela se constitui apropriando-se dessa cultura. Assim, para entender uma criança, precisa ter clareza da época em que vive.

Arroyo (1994) cita: “A escola é um espaço de vivência da cidadania”, um espaço onde muitos cidadãos interagem e constroem suas relações e destas relações modificam e/ou constroem um novo ambiente. E é neste ambiente plural que a criança tem que se adaptar e vice versa (a escola também precisa se adaptar a essa nova criança que chega).

As escolas ainda não estão adaptadas, para Lopes(2006), a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental é necessária. Diz que as grandes mudanças em todo sistema de Educação Básica, no Brasil que se iniciaram a partir da aprovação da Lei Nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, que trata da ampliação do Ensino Fundamental, também traz consequências para a infância. Porque não há, em boa parte das escolas, cooperação mútua entre professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como reorganização da Educação Infantil que passa a atender crianças com até 6 anos. Se fizerem uma transição articulada os sistemas de ensino garantem um ótimo trabalho pedagógico.

2.4 Um pouco da história da educação infantil e do trabalho pedagógico na UMEI

No Brasil, o surgimento das creches foi um pouco diferente do restante do mundo. Enquanto no mundo a creche servia para as mulheres terem condição de trabalhar nas indústrias, no Brasil, as creches populares serviam para atender não somente os filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também os filhos das empregadas domésticas. As creches populares atendiam somente o que se referia à alimentação, higiene e segurança física. Eram chamadas de Casa dos Expostos

ou Roda. A Educação Infantil é muito nova, sendo aplicada realmente no Brasil a partir dos anos 30, quando surge a necessidade de formar mão-de-obra qualificada para a industrialização do país. Atualmente, há um fortalecimento da nova concepção de infância, garantindo em lei os direitos da criança enquanto cidadã. Criou-se o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); a nova LDB, Lei nº9394/96, incorpora a Educação Infantil como primeiro nível da Educação Básica, e formaliza a municipalização dessa etapa de ensino. (Faria, 1997)

Em 1998, é criado RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), um documento que procura nortear o trabalho realizado com crianças de 0 à 6 anos de idade.

A Educação Infantil, ganhou notoriedade, amplia sua importância a partir do momento que a sociedade valoriza e vê sua importância para o desenvolvimento da criança. (Soares,2009)

A construção e estruturação, do espaço escolar estão diretamente relacionadas várias das dimensões mais importantes da ação educativa escolar. Esse início de vida escolar, é um marco na vida da criança e a escola tem que estar preparada para receber esta criança.

As propostas para o trabalho em escolas de Educação Infantil, adquirem um cunho cada vez mais educativo. É um espaço que tem uma organização pedagógica que privilegia o jogo e as atividades criativas. As crianças interagem no trabalho que realizam nas diferentes áreas do conhecimento.

A partir das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, (BRASIL,2009),no seu Artigo 9º diz que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira,a garantindo que 12 experiências (linguagens, vivências) sejam contempladas no trabalho com as crianças. A própria Constituição Brasileira, reconhece como um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado, tendo a LDB de 1996 implementado critérios para as mesmas.

O reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, lhe confere o status de educação, e não mais de assistência social. Assim, deve-se compreender que a infância é um tempo de vivências com sentido em si mesma e não um momento de preparação para outra fase da vida. A instituição de Educação Infantil é um dos ambientes de educação da criança e não um espaço de guarda ou de preparação para entrada na escola do Ensino Fundamental. (Pagel, 2006)

O público pesquisado tem como maior preocupação a alfabetização, mas esclarece que o longo processo de alfabetização é beneficiado com a aproximação das crianças ao mundo letrado. Na UMEI, todos fazem parte desse universo, inclusive as crianças pequenas. Propomos situações onde ler e escrever tenha sentido para as crianças e faça parte da vida cotidiana. Existe um ambiente alfabetizador que é motivador e cheio de significados para as crianças da turma. Esta prática é bem diferente daquelas de fazer exercícios de coordenação motora, aprender letras isoladas, copiar sílabas ou palavras fáceis.

As estratégias desenvolvidas na Educação Infantil na saída das crianças para o Ensino Fundamental ainda não é feita de maneira cuidadosa, não obstante haver legislação para que isso aconteça.

Dessa forma, pedi autorização a alguns pais para que pudesse levar as crianças até a escola de Ensino Fundamental. Era preciso que vislumbrassem o momento seguinte das suas vidas. Então visitaram a escola, conheceram os vários espaços, fizeram perguntas as crianças que saíram da escola no ano anterior. Foi um encontro cheio de surpresas.

2.5 Mas como é adaptação e transição nas escolas pesquisadas?

Adaptação é considerada como um tempo para uma pessoa se adequar a um novo ambiente, a uma nova situação. Um período para me ajustar as normas, valores, pessoas de um determinado ambiente. Segundo Soares Amora (2000) Adaptação é “o ato ou efeito de adaptar-se: ajustar, amoldar-se.

A pesquisa foi realizada em uma escola estadual e uma municipal, duas escolas do Fundamental e duas escolas da Educação Infantil, totalizando quatro escolas. Percebi que a passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é marcada por novas convivências, novas relações que todos vão construir, principalmente das crianças das UMEIs. Não é demasiado citar que para alguns dos professores, participantes da pesquisa, do Ensino Fundamental, acham que as crianças das UMEIs, estão dentro de um contexto em que existe um impasse. Entendem que a PBH não se preocupa tanto com a qualidade. Pensam que para o governo é melhor atender um número maior de crianças e não oferecer um alto padrão de qualidade de ensino. Dizem isso, porque na escola estadual participante, há seleção de turmas. As crianças alfabetizadas, das classes mais favorecidas, da região, pertencem as melhores turmas da escola. Essa seleção não deixa de ser percebida pelas crianças.

Era necessário que a criança aprendesse a conviver, com essa nova situação: organização do tempo, do espaço e referência do adulto. A criança entrando na escola nova, afastando-se do ambiente acolhedor da Educação Infantil, entrando em contato com pessoas diferentes. Notei que escola não planeja bem este período, para que sejam organizadas reuniões com os pais para informar a proposta pedagógica da escola, os tempos, como vai ser a adaptação no Ensino Fundamental e sua importância.

No artigo intitulado: “Agora seu filho entra mais cedo na escola”. A criança de seis anos no Ensino Fundamental de nove anos em Minas Gerais, de Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos e Lívia Maria Fraga Vieira (2006) é apresentada a nova organização do Ensino Fundamental. Não trata somente de antecipação da escolaridade, mas de um aumento da obrigatoriedade, fazendo-se acompanhar de uma reorientação do currículo e reforma pedagógica. A implementação dessa nova organização não é objeto de consenso na área educacional. O campo da Educação Infantil levantou várias discussões sobre o tema. Mas o secretário adjunto de Educação, do Estado de Minas Gerais, João Filocre diz que há duas razões que sustentam essa decisão. Primeiro é a necessidade de aumentar o sucesso escolar das crianças provenientes das camadas populares. A segunda razão está associada

à disponibilidade criada na rede estadual, em termos de salas vagas e de professores sem classe.

Os gestores da área da educação, não tratam o assunto com sua devida importância. Pois, após entrevistar professores e visitar as escolas, pude constatar que não há mobiliário adequado para as crianças, não há encontros entre os professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para avaliarem a coerência pedagógica entre as instituições. As professoras se defrontam e dizem não haver tempo para lidar com as necessidades e especificidades da Educação Infantil e segundo a pesquisa não são todas que conseguem transformar sua prática pedagógica. Seis professoras que responderam ao questionário, citaram que apesar das determinações legais e de constar no PPP o compromisso com cooperação recíproca para essa transição, ainda não foi consolidada.

Maria do Pilar, (2006) que foi secretária de educação de Belo Horizonte afirmou que seria importante o lúdico na educação das crianças, na sua visão, estas iniciativas (que se disseminaram progressivamente após a inclusão das crianças de 6 anos no ensino Fundamental) atestam conseqüências positivas da ampliação da idade escolar, modificando as práticas pedagógicas no primeiro ciclo da educação fundamental. Porém, a realidade comprovada foi outra o processo de implementação, além dos problemas de infra-estrutura, de currículo e formação docente, torna-se mais complexo, devido ao processo de apropriação, pelos sujeitos envolvidos, dos significados desta política, ou seja, a interpretação dos dispositivos legais não é consenso.

Verifiquei, nas visitas, que há entre os professores várias questões e dúvidas, como: “ *Quando fazer atividades importantes para as crianças, como desenhar, brincar de faz de conta, cantar, dançar, praticar jogos infantis, se durante todo o tempo existe cobrança dos conteúdos enviados pela SEE/MG?*” Questões que merecem, além de respostas, reflexão e pesquisa, pois o ingresso das crianças no Ensino Fundamental, mais cedo, causa ansiedade para muitas crianças. Pois, exigem da criança de 6 anos o mesmo desempenho que as de 7 anos. As salas de alfabetização estão lotadas, na opinião dos professores isso impede o atendimento individualizado.

É preciso estabelecer uma relação de confiança, construir uma parceria com a escola de origem e uma educação visando o bem estar da criança. Há o risco inaceitável da antecipação do fracasso escolar, disse Maria Malta, em Audiência Pública sobre o debate da infância, na TV Senado,(2010) pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

Colocar as crianças das camadas populares no Ensino Fundamental aos 6 anos sem uma proposta pedagógica adequada significa apenas antecipar o fracasso para elas, reitera Barbosa, 2003,p.37, apud SANTOS e VIEIRA, 2006.

Na orientação nº 01/2004, da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais, é citado a necessidade de revisão de práticas pedagógicas e um cuidado especial em relação aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Fica evidente a ênfase na alfabetização e letramento, incentivando-se, ao mesmo tempo, a utilização de diferentes linguagens como parte importante do desenvolvimento da criança de 6 anos. Sugere ainda que o professor tenha uma atenção especial, planejando atividades interessantes.

Há um consenso entre profissionais da educação sobre a importância da adaptação escolar, para as crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, porém nas escolas pesquisadas há muita preocupação com as avaliações externas.

Para Moss (2004, p. 44, apud SANTOS e VIEIRA, 2006)), o risco de domínio por parte da escola compulsória está aumentando impulsionados pela competição mundial e pelas avaliações internacionais do desempenho dos alunos, os países cada vez mais se voltam para o período pré-escolar, a fim de “preparar” as crianças para escola e para um modelo de transmissão na educação.(p.44)

Assim, é necessário ter em mente que o ingresso de crianças mais novas na escola obrigatória também se insere em um movimento mundial de aceleração e segmentação da infância (Mollo-Bouvier, 2005, apud SANTOS e VIEIRA, 2006).

2.6 Análise das estratégias usadas na UMEI e no ensino fundamental

Neste capítulo, apresentarei os conceitos que os professores das duas etapas da Educação Básica têm sobre a transição. Os professores foram unânimes ao conceituarem a passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental como um período, como uma fase, um processo muito importante na vida da criança.

Para eles essa mudança deve ser articulada entre as instituições de ensino. É um processo contínuo, pois, a criança, é sujeito histórico e de direitos, em construção e formação humana. Porém, nenhum dos participantes da pesquisa relatou ter frequentado algum evento abordando essa temática.

Professores do Ensino Fundamental, mencionaram que há muitos conteúdos para trabalharem com as crianças no 1º ano, por esse motivo, disseram não ter muito tempo para diálogos sobre valores e limites. Novamente se mostraram coagidos, pelo sistema, devido às provas externas. Revelaram que acabam submetendo, as crianças “indisciplinadas”, a autoridade de supervisores, coordenadores ou diretores.

O público pesquisado relata que a criança está se acostumando com a escola, com novos professores, com a nova organização, com uma nova disciplina. É o primeiro contato com um ambiente escolar tão diferente daquela do ano anterior. Momento de aprender a ler e escrever, de fazer avaliações, partilhar espaço, atenção, afeto. Que para se adaptar é necessário que a criança sinta que está segura e confortável para poder se desvincular da UMEI sem maiores transtornos. Foi constatado também, na pesquisa que é uma mudança abrupta, do vínculo da criança, com aquele espaço que se pode deitar para olhar um livro, que não é necessário fazer filas para tudo. É o início de uma nova etapa que envolve pessoas e ambientes diferentes. O que gera muita insegurança tanto para a família quanto para a criança. Um período de descobrimento ou reconhecimento do novo ambiente, e dos elementos que o compõem.

Uma professora da UMEI B, conceituou essa passagem como um *“levar a criança a gostar, acostumar e compreender que a escola do Ensino Fundamental é outro espaço diferente do ambiente familiar da UMEI”*.

Outras reforçaram a necessidade de um movimento para articular as práticas pedagógicas da escola de origem e da escola que receberá as crianças como se fosse um período para se apropriar de nova cultura como colocado por Arroyo (1994) quando ele diz que “a escola é um espaço de vivência da cidadania, um espaço onde muitos cidadãos interagem e constroem suas relações e destas relações modificam e/ou constroem um novo ambiente”.

O grupo de participantes, em sua maioria graduados e atuando em sala de aula, têm um conceito claro de transição escolar e reconhecem que é necessário um período diferente, diversificado e bem planejado para que os participantes deste processo sintam-se adaptados e principalmente se sintam inseridos neste novo ambiente.

A partir disso, foi possível investigar o que acontece de concreto nas escolas pesquisadas, procurando relacionar o modelo proposto pelas instituições e o que os professores propõem para a construção de uma passagem que atenda a realidade.

A respeito do comportamento e estratégias dos professores, este trabalho possibilitou observar que os da Educação Infantil temem o impacto do término da infância ao entrarem no 1º ano. Entendem que a criança de 0 a 6 anos precisam de um lugar acolhedor que lhe chame pelo nome.

Já os do Ensino Fundamental sugerem que o mau desempenho das crianças das UMEIs é reflexo do não preparo para alfabetização.

Isso mostra que uma transição repensada torna-se inviável, se não acontecer a articulação entre esses dois níveis, com o poder público à frente e supervisionando as determinações legais. Os gestores não podem se abdicar do seu papel.

2.7 Estratégias para transição na educação infantil e ensino fundamental

Segundo as professoras entrevistadas a preparação para saída da UMEI é construída apenas através das conversas na roda. Também são confeccionadas camisas com fotos da turma como lembrança. Caso a família tenha outro filho na escola de Ensino Fundamental, é pedido que leve a criança para familiarizar-se com a escola. O intuito é que a criança conheça o novo espaço. Há também um momento de uma confraternização e despedida ao final do ano.

Já no Ensino Fundamental, as professoras tentam articular alguns momentos lúdicos, mas disseram que não dá para fazer isto mais que uma semana. Argumentam que entendem a necessidade da criança e também concordam que não há tempo hábil para atender as especificidades da educação da infância. Não foi mencionado como é planejado o período e as atividades/momentos que são realizadas neste período. Ficou registrada a insatisfação das professoras referente às políticas que envolvem a educação e que prejudicam a realização de encontros entre os professores das instituições. *“A transição precisa ser flexível, a criança precisa ter um tempo para adaptar-se ao novo ambiente, familiarizar-se às novas pessoas que farão parte da sua vida.”* Lembrou uma professora do Ensino Fundamental, da escola municipal.

Nas perguntas (1 e 2), os professores foram questionados sobre sua participação em algum evento para melhor articular a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Cem por cento dos professores disseram que nunca participaram de nenhum movimento a esse respeito.

Na pergunta (3), foi questionado se conheciam algum documento do Ministério da Educação - MEC, Secretaria de Estado da Educação - SEE ou Secretaria Municipal de Educação - SMED, que tratava do assunto, também disseram que não se lembravam.

Os professores fizeram várias ressalvas quanto o período de transição. Cito algumas falas: “*O tempo destinado à adaptação na nova escola, de uma semana, é muito pouco.*” Professora do Ensino Fundamental

“Não é legal essa transição É muito rápida, não conhecemos os professores do Ensino Fundamental e nem tampouco quais são suas práticas. Às vezes, não é respeitado o tempo da infância. Deste modo, o desejo dos movimentos mundiais para segmentar a infância são aceitos e não se respeita o sentimento da criança, afinal não é só com o choro que ela demonstra sua angústia”. Professora da Educação Infantil.

De acordo com as ressalvas dos professores e de acordo com a pesquisa percebi que há muito que melhorar no período de transição. Esta articulação deverá transcorrer de maneira que possa orientar toda prática pedagógica dos profissionais envolvidos.

As sugestões dos professores têm fundamentação teórica se retornarmos ao que foi citado por Arroyo (1994), Maria Malta (apud SANTOS e VIEIRA, 2006).

3. CONCLUSÃO

Observar, ler e refletir sobre o espaço induz a repensar criticamente sobre experiências vividas nele. Experiências estas, vivenciadas na passagem das crianças para o Ensino Fundamental. Situações conflitantes e várias consequências para crianças que não se sentiram bem recebidas na nova escola. Professores da Educação Infantil temendo o forte impacto do término da infância ao ingressar no Ensino Fundamental. Professores do Ensino Fundamental sugerindo que o mau desempenho das crianças é reflexo do não preparo para alfabetização na Educação Infantil.

Este trabalho apresenta-se como sugestão para que os gestores possam proporcionar encontros entre professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Para que juntos possam refletir sobre o desenvolvimento infantil, concepções de infância e leitura de documentos que tratem da articulação entre esses dois níveis da Educação Básica. Dessa forma, professores da Educação Infantil poderão mostrar para os do Ensino Fundamental que a Educação Infantil é um tempo de vivências e não um curso preparatório. Da mesma maneira, professores do Ensino Fundamental, compreenderiam a indissociabilidade entre o cuidar, brincar e educar, não é apenas auxílio às necessidades físicas da criança e brincadeiras, sem nenhuma intencionalidade. Essa indissociabilidade está intimamente relacionada às ações educativas.

Daí a importância de se adotar um diálogo permanente sobre a educação da infância que integram essas duas etapas, sem a fragmentação do processo educativo.

É necessário, ainda, que a família tenha consciência da importância deste período e de sua presença na construção e no desenvolvimento do mesmo. A família é indispensável no diálogo com a escola.

As escolas poderiam propiciar o diálogo com as famílias através de:

- Atendimento a família de maneira respeitosa, dando acolhimento desde os primeiros contatos, até que familiares se sintam seguros com relação à instituição.
- Realização de mais reuniões em horários que a família julgar adequado.
- Discussões sobre os critérios para matrícula na instituição.
- Articulação com os serviços públicos que atendem os direitos da criança.
- Ligações telefônicas para familiares sobre, motivo de possíveis, faltas à escola.

No presente de trabalho, procurei refletir sobre as percepções dos professores dos dois níveis de ensino. Diversas vezes, percebi ambiguidades em seus depoimentos. O principal objetivo da pesquisa era avaliar o processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, em quatro escolas de Belo Horizonte. Observei, conversei com vários professores que não faziam parte da pesquisa, apliquei o questionário aos participantes, nas quatro escolas.

Porém, o meu foco era a escola de Ensino Fundamental do Estado, pois é a que recebe a maioria das crianças da UMEI B.

Houve dificuldade na aplicação do questionário, porque alguns professores do Ensino Fundamental Municipal, não queriam responder, pois consideravam que esse trabalho não seria relevante, sem o apoio dos gestores. Acreditavam que não bastava a vontade do professor em fazer esse diálogo com a Educação Infantil. Mas, por outro lado, o estudo foi de grande utilidade, pois levou todos os docentes participantes da pesquisa a reflexão das suas práticas. Perceberam a importância do investimento na formação continuada, porque ao adquirirem conhecimento teórico, haveria mudança na prática, de ambas as partes com relação a educação da infância.

O estudo constatou que é necessário que os gestores adotem momentos para esclarecer coordenadores e professores que não se trata apenas de ser "bonzinhos" com as crianças para não sofrerem, ao mudarem de ambiente escolar. É preciso esclarecer que há documentos mandatórios, que deve conter em todo Projeto

Político Pedagógico - PPP da Educação Infantil. Existe uma diretriz para o País e é dever da escola proporcionar uma transição tranquila.

É extremamente importante que a pesquisa, sobre o tema abordado continue, mas de forma mais enfática. De modo, que avaliem o compromisso descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil sobre o assunto.

Seria importante que professores do Ensino Fundamental, buscassem conhecer as práticas pedagógicas nas UMEIs, as características de cada criança para planejarem um caminho que haja sempre mais aprendizagem e ajude a criança a crescer como pessoa.

Espero que dêem continuidade a pesquisa sobre transição, entre essas duas etapas da Educação Básica, nas instituições escolares.

Sugiro, ainda, que no Ensino Fundamental, pelo menos no primeiro ano, que o trabalho pedagógico seja direcionado para a interação com o mundo. Atividades em grupo, produções coletivas, tempo reservado para as crianças cuidarem das plantas, musicalização, aulas de poesia e contação de histórias. Que seja repensado os tempos, espaços, conteúdos, metodologias de trabalho e principalmente na formação de corpo docente.

Considerando o que foi verificado na pesquisa, penso que é preciso que muitos profissionais do Ensino Fundamental inovem com projetos. Se trabalhassem, por exemplo, um projeto sobre Alimentação Saudável, Literatura, Ecologia, Consumo Consciente, Preservação do Patrimônio e não fizessem o inverso, que é ficar passando palavras isoladas no quadro. Palavras que as crianças nem sabem o significado, entendo como uma prática descontextualizada e desprovida de sentido.

Professores poderiam trabalhar, por exemplo, num projeto sobre alimentação, instruções sobre todas as refeições do dia, elaborassem um livro de receitas e até montassem uma lanchonete de mentirinha. Também, poderiam criar um concurso do estabelecimento e desenhassem uma logomarca. Seria uma aprendizagem significativa e motivadora. É importante que o trabalho pedagógico assegure o

desenvolvimento das diversas formas de expressão da criança e de todas as áreas do conhecimento.

O estudo comprovou que no Ensino Fundamental, professores estão inquietos, principalmente, com a sua avaliação de desempenho. Também com conteúdos estanques, provas externas e discussões que giram em torno da indisciplina, como a tradicional e velha escola. Que restringe-se à alfabetização, apenas como técnica de decodificação. Mesmo sendo o primeiro ano da criança do Ensino Fundamental, não se deve reduzir esse processo as tais aprendizagens limitando o desenvolvimento das crianças, dessa faixa etária, à exclusividade da alfabetização, sem o letramento.

Na realização da pesquisa, pude comprovar que nas escolas pesquisadas a Educação Infantil não é valorizada como deveria. Na Educação Infantil trabalha-se além de conteúdos, valores humanos, respeito e convivência com a diversidade. Por meio de diálogo estabelece-se os limites e as aprendizagens são significativas. As crianças aprendem com os erros e os acertos. São desafiadas, estimuladas, têm cuidado um com o outro, sabem respeitar e aprendem a conviver com as diferenças.

Professores do Ensino Fundamental entendem que são muito cobrados, então trabalham essas questões enquanto temas transversais. Relatam que por isso, é impossível não priorizar o conteúdo exigido nas provas. E pude notar que os princípios que norteiam, grande parte dos professores, não são os princípios de uma perspectiva que construa os valores humanos. E isso fica em segundo plano. Professores e alunos não têm tempo para tratar por meio de diálogo e da compreensão o estabelecimento de limites. Sempre tiram sua própria autoridade, enviando crianças indisciplinadas para supervisão ou direção.

De acordo com os dados coletados na pesquisa, há necessidade de continuidade de estudos sobre o tema, para que a infância não seja fragmentada. É preciso que os profissionais da educação não se fundamentem, apenas em um ensino regular e tradicional, mas contextualizem as aprendizagens.

A escola deve oferecer possibilidades para que a criança aprenda e se expresse de todas as formas possíveis: brincando, cantando, cozinhando, pintando, ensinando, falando, desenhando, etc.

Além disso, o espaço do Ensino Fundamental poderia possibilitar também uma biblioteca lúdica, brinquedos pedagógicos e livros. Horários flexíveis e menos formalidade.

Considerando o que foi verificado nos questionários aplicados, mesmo depois de ser garantido por Lei, que todas as crianças frequentem a escola a partir de 6 anos, o poder público não oferece melhor formação para esses docentes e nem mobiliários adequados às crianças.

A entrada das crianças mais cedo no Ensino Fundamental é uma tendência internacional, no entanto, desde a publicação da Lei Nº 11.274, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2006, até hoje, o que pode-se perceber nas escolas pesquisadas, é que ainda não houve o ajuste que poderia oferecer um futuro melhor para as novas gerações. E pior, apesar de estar no PPP UMEI B e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nota-se que é apenas um documento burocrático. Não há nenhum movimento para que a transição aconteça de maneira confortável para todos os envolvidos no processo.

O estudo comprovou que professores e profissionais da Educação Infantil fazem críticas recorrentes a falta de articulação entre esses dois níveis da Educação Básica. Reconhecem, assim como os do Ensino Fundamental, que sem a interferência dos gestores das escolas, nada acontecerá. E entendem que a transição como é feita atualmente representa a fragmentação da infância.

Na realização da pesquisa, considerando o que disseram professores da Educação Infantil, torna-se óbvio que ao sair da UMEI, aos 6 anos o Ensino Fundamental quer receber crianças que façam exatamente as mesmas coisas que sempre foram exigidas das de 7 anos. É uma passagem traumática, abrupta.

Verificou-se também que professores do Ensino Fundamental se defendem, alegando que ao receber as crianças de 6 anos não houve formação de professores, revisão de currículo, adequação do mobiliário e reestruturação do espaço físico. Segundo esses professores, a única preocupação da SEE/MG e SMED é com as provas externas e alfabetização.

Afirmam, que não há como continuarem a experiência da Educação Infantil, com as crianças de 6 anos. O tempo para brincar e socializar é apenas no recreio. Defendem a não fragmentação da infância, porém há muitas cobranças, com relação a alfabetização dessas crianças. Consideram, que não há tempo nem mesmo para discussões e leitura do documento do MEC, intitulado: Ensino Fundamental de Nove Anos.

Através do contato com professores do Fundamental, acredito que o maior questionamento desses profissionais, quanto ao trabalho pedagógico da UMEI, seja com relação a alfabetização. Muitos disseram que recebem crianças da UMEI e também os filhos da classe média do bairro e nem por isso, as pessoas julgam que elas deixam de ser crianças, por estarem alfabetizadas.

Na realização da pesquisa, notei que há consenso entre muitos professores dos dois níveis de ensino. A maioria entende que é negada a oportunidade a construção do conhecimento dessa camada da população. E se perguntam:

“ ____ Por que privar crianças da UMEI o direito à alfabetização? ”

Diante do exposto, sugiro aos gestores que abram o diálogo entre esses dois níveis de ensino, para que não haja interrupção no ritmo de aprendizagem.

Proponho, considerando o que foi verificado na pesquisa, a ampliação da formação continuada de todo corpo docente, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

É importante que todos os profissionais que atuam nessas etapas tomem conhecimento da Resolução Nº 5, de 17 de Dezembro de 2009, que fixa as

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. No seu Artigo 11, ela cita que:

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

A pesquisa demonstrou como acontece a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, na opinião dos professores. Nas escolas pesquisadas, através do questionário aplicado, ficou comprovado que as determinações legais sobre a transição, ainda não foram efetivadas.

Espero que esse trabalho sirva para ajudar na reflexão, daqueles que têm o poder de fazer essas mudanças, da passagem das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Sugiro que aconteça, de fato, a conexão entre esses dois níveis da Educação Básica. Pois, enquanto existir apenas no PPP, como documento meramente burocrático, continuaremos a vivenciar julgamentos negativos entre professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental e as crianças continuarão passando por momentos traumáticos para adaptarem-se ao novo ambiente escolar.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, MIGUEL G. *O significado da Infância*. Artigo apresentado no I Simpósio Nacional de Educação Infantil Agosto de 1994 em Brasília.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - *A criança de seis anos no Ensino Fundamental de nove anos em Minas Gerais - Ensino Fundamental de nove anos – Orientação Geral – MEC*

GAETA, MARIA APARECIDA JUNQUEIRA VEIGA – *A criança em outras épocas e em outras culturas - 2003, p. 54 a 64-*

GOUVÊA, MARIA CRISTINA SOARES *A criança como sujeito sócio-cultural: pesquisas sobre infância*, Coleção Veredas- Formação Superior de Professores – 2003, p. 206 e 207.

LOPES, Karina Rizek, *Desafios de um novo tempo*, REVISTA CRIANÇA – dezembro 2006, p.8 e 9

MOLL, JAQUELINE & COLABORADORES *Ciclos na escola, tempos na vida*. Editora Artmed, 2004 Porto Alegre.

O currículo na Educação Infantil,REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA – março/abril 2007 v.13, n.74

PARECER CNE/CEB Nº 20/2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. PARECER HOMOLOGADO. D.O.U. de 9/12/2009, Seção 1, p. 14

PROPOSIÇÕES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL – Desafios da Formação. Rede Municipal de Belo Horizonte e creches conveniadas, 2009

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL Volume I – Introdução

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. MEC/CNE/CEB, 2009

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão e VIEIRA, Livia Maria Fraga. “Agora seu filho entra mais cedo na escola”. A criança de seis anos no Ensino Fundamental de nove anos em Minas Gerais, *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, nº 96, p. 775-796, out.2006.

SOARES, Amora – Minidicionário da Língua Portuguesa. Editora Saraiva, 17ª Edição, 2003

5- APÊNDICE

APÊNDICE 1: TERMO DE ESCLARECIMENTO

O curso de Pós Graduação *Lato Sensu*, em Docência na Educação Básica – FAE /UFMG te convida a participar da pesquisa “Articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental ” desenvolvida por Maura Santiago, que tem o objetivo de avaliar aspectos da transição entre estas duas etapas da educação básica.

Este é um estudo para pesquisa de intervenção que será apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Infantil, cujos dados serão coletados em escolas pesquisadas.

Você responderá a um questionário simples que não possui respostas certas ou erradas. O que importa para nós são as suas vivências na Educação Básica e se for o caso, na gestão.

É garantido o direito de confiabilidade, liberdade de participação e se retirar da pesquisa a qualquer momento, caso queira.

Se tiver dúvida entre em contato comigo através dos telefones: 3277-7969, manhã , 3277-5535, tarde ou 8766-6787.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu,-----,professora/educadora/gestora da rede -----com -----anos de atuação, declaro que fui devidamente informada dos objetivos da pesquisa e concordo em participar respondendo as perguntas que forem feitas.

Belo Horizonte ,-----de agosto de 2010.

Pesquisadora: Maura Santiago.

e-mail :maura_pbh@globo.com.

APÊNDICE 2: QUESTIONÁRIO

1) Há algum movimento para articular as práticas pedagógicas da escola de origem e a escola que receberá as crianças?

2) Aconteceu encontro entre os professores do ensino fundamental e professores da educação infantil, que você tenha participado, para avaliar a coerência pedagógica entre as instituições?

3) Conhece algum documento do MEC, SEE ou SMED que trata da passagem dos alunos da educação infantil para o ensino fundamental?

4) É possível trabalhar leitura, escrita e cálculo sem esquecer as brincadeiras que caracterizam essa fase da vida?

5) Existe um espaço destinado para jogos, brinquedos, tapetes no chão, nos quais as crianças sentam ou deitam para brincar de escrever ou ler? E o mobiliário e material didático é apropriado?

6) No seu modo de ver, ocorreu reorientação do currículo das escolas de ensino fundamental para receber as crianças de 6 anos ou as exigências feitas a essas crianças são as mesmas que eram exigidas as de 7 anos quando ingressavam na 1ª série?

7) Como pensa que seja o trabalho nas escolas das crianças que recebe:

() São práticas educativas herdeiras de concepções que reduzem a instituição de guarda e entretenimento das crianças.

() É um espaço que tem uma organização pedagógica que privilegia o jogo e as atividades criativas; as crianças interagem no trabalho que realizam nas diferentes áreas do conhecimento.

Justifique:

8) Na sua opinião, as escolas e professores do ensino fundamental estão preparados para receber a criança de 6 anos?

9) Professores e escolas da educação infantil contribuíram no desenvolvimento das crianças que ingressam no ensino fundamental?

10) Existe cobrança do desempenho dos alunos, com relação a resultados, por parte da direção da escola ou das famílias?

Nome: _____ Função: _____

APÊNDICE 3: FOTOS DAS CRIANÇAS DA UMEI B

BELÍSSIMAS E GOSTOSAS VIVÊNCIAS...













As quatro crianças que visitaram a Escola do Ensino Fundamental



